

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 18.11.2011

3.2. - 28.11.2011

Ponto 4. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS

. Campo de Vinha da Rainha - Vedações e Outros Arranjos Exteriores

- Adjudicação

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL**

. Casa da Criança - Valência Creche

. Protocolo//Anexos - Ano Lectivo 2011/12

5.1. Anexo 1 - Recursos Humanos

5.2. Anexo 2 - Transporte de Crianças

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança – Educação Pré-Escolar
- Protocolo

Ponto 7. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Abertura de Furos - Brunhós
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Abertura de Furos - Carrascal
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . ESTUDOS, PROJECTOS, LEVANTAMENTOS E PLANOS DE PORMENOR
- Termas da Amieira
- 9.1. Contrato de Prospeção e Pesquisa
- 9.2. Garantia Bancária

Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS – EM ZONAS RURAIS
- Homologações de Autos de Recepção Definitiva
- 10.1. Estrada de Carcavelos - EN 348
- 10.2. Quinta de Famalicão/Igreja de Samuel

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Ponto 11. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. OUTRAS RECARGAS

- Homologações de Autos de Recepção Definitiva

11.1. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

- EN 342 na Camparca

11.2. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

- Paleão

11.3. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Vinha da Rainha

- Vale de Pedras/Capela da Senhora da Graça

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. Em Zonas Urbanas

. Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha

- Adjudicação

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS

. SIADAP // 2012

- Objectivos Estratégicos

Ponto 14. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

. Apreciação de Propostas de Alteração - 13.^a/13.^a - .

**Ponto 15. APRECIACÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2012**

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Ponto 16. **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL**

- Indemnização

Ponto 17. **ARRENDAMENTO P/ INSTALAÇÃO DE UMA ANTENA**

- Cessão da Posição Contratual

Ponto 18. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

A Câmara Municipal, no âmbito da política de proximidade, fez-se representar nas múltiplas e diversas iniciativas, nos mais diversos domínios, também neste período natalício...

*** INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COM APOIO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL**

As taxas de execução física e financeira para os chamados investimentos cofinanciados, excluindo os que já estão concluídos - Centros Escolares de Degracias/Pombalinho e de Samuel -, são as seguintes: o Centro Escolar da Granja do Ulmeiro evidencia uma execução física de $\approx 44\%$; o Pavilhão Desportivo de Alfarelos/Granja do Ulmeiro, $\approx 30\%$; o Campo Relvado Sintético da Vinha da Rainha, $\approx 82\%$; a Extensão de Saúde de Samuel, $\approx 65\%$; a Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca, $\approx 80\%$; a Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/Limite do Concelho com Figueira da Foz, $\approx 99\%$; a Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços/Limite do Concelho com Condeixa-a-Nova, $\approx 97,5\%$... Releve-se que este conjunto de investimentos ronda o valor global de $\approx 5.000.000\text{€}$... Neste momento já foram pagos $\approx 2.450.000\text{€}$, sendo que recebemos de comparticipação comunitária $\approx 1.900.000\text{€}$, o que significa que o Município já fez um esforço de $\approx 550.000,00$ euros... Penso que, a não ser que aconteçam imprevistos, qualquer um destes investimentos tem condições para ficar concluído durante o primeiro semestre do próximo ano...

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomada conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 18.11.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 28.11.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS

**. Campo de Vinha da Rainha - Vedações e Outros Arranjos Exteriores
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS

CAMPO DE VINHA DA RAINHA – VEDAÇÕES E OUTROS ARRANJOS EXTERIORES

ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de Câmara de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas todas apresentaram proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA 2 - CONSTRUÇÕES, LDª	25.840,00 €	30 DIAS
CONSTRUTORA GUARDADO E OLIVEIRA, LDª	25.479,00 €	30 DIAS
AZIASFALTOS XIS – EMPREITEIROS, LDª	25.844,00 €	30 DIAS

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Tendo em conta que a empresa que apresenta o preço mais baixo respondeu ao solicitado, sendo esse valor inferior ao preço base, (25.845,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa Construtora Guardado e Oliveira, Lda.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efectuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **CONSTRUTORA GUARDADO E OLIVEIRA, Lda**;
2. **Aprovação** da **minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **25.479,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
19.12.2011

Despacho:
À reunião de Câmara.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
20.12.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

CATEGORIA DOS FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS	REMUNERAÇÃO MENSAL (1)	ENCARGOS SEG. SOCIAL (2)	ENCARGOS C/ SEGUROS (3)	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO (4)	CUSTO MENSAL (5) =(1)+(2)+(3)+(4)	SUBSÍDIO DE FÉRIAS (6)	SUBSÍDIO DE NATAL (7)	CUSTO ANUAL (8) =12x(5)+(6)+(7)	N.º FUNCIONÁRIOS DISPONIBILIZADOS
Educadores de Infância	843,00€	168,60€	9,50€	46,86€	1.067,96€	1.021,00€	1.021,00€	8 ₁ 14.857,22€	Y ₁ 0
Auxiliares de Acção Educativa	491,93€	98,39€	5,55€	46,86€	642,73€	595,86€	595,86€	8 ₂ 8.904,48€	Y ₂ 4
Ajudantes de Acção Educativa	468,32€	93,67€	5,28€	46,86€	614,13€	567,27€	567,27€	8 ₃ 8.504,10€	Y ₃ 2

• Valor Anual

⇒

$$V.A. = (Y_1 \times 8_1) + (Y_2 \times 8_2) + (Y_3 \times 8_3)$$

$$V.A. = (0 \times 14.857,22€) + (4 \times 8.904,48€) + (2 \times 8.504,10€)$$

$$V.A. = 52.626,12€$$

• Valor MENSAL

⇒

$$\frac{V.A.}{12} = 4.385,51€$$

12

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 1 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

5.2. Anexo 2 - Transporte de Crianças

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ANEXO 2

ACÇÃO SOCIAL



TRANSPORTE DAS CRIANÇAS

- . **ANO LECTIVO** 2011/2012* A partir de 01 de Dezembro de 2011
- . **CIRCUITO DIÁRIO/N.º DE KMS** a) 160 km (80Km +80 Km)
- . **CUSTO UNITÁRIO ACORDADO** b) 0,13€



. Valor Diário $\Rightarrow c) = a) \times b)$

$$\Rightarrow 20,80€ = 160 \text{ km} \times 0,13€$$

. Valor MENSAL $\Rightarrow d) = 20,80€ \times \text{N.º de Dias do Mês}$
com Funcionamento do Serviço

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 2 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança – Educação Pré-Escolar
- Protocolo

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ACÇÃO SOCIAL

CASA DA CRIANÇA DE SOURE



Entre

Município de Soure

E

Santa Casa da Misericórdia de Soure

A **CASA DA CRIANÇA DE SOURE** constitui uma resposta social que presta um importante serviço às Famílias, concretamente, o apoio ao desenvolvimento global da criança, através das valências de **Creche e Educação Pré-Escolar** que, até **17 de Dezembro de 1986**, integrava a área de competência da Assembleia Distrital de Coimbra;

A partir da referida data, aquele serviço passou a constituir uma atribuição do Município de Soure;

Para o desenvolvimento desta atribuição, o **MUNICÍPIO DE SOURE** celebrou, em 17 de Dezembro de 1986 e, posteriormente em 1 de Setembro de 1998, Acordos de Cooperação com o, então designado, Centro Regional de Segurança Social do Centro/Serviço Sub-Regional de Coimbra, para a valência de Creche. A partir do **Ano Lectivo 2001/2002**, o Município subscreveu **Acordos de Cooperação tripartidos** com a Direcção Regional de Educação do Centro e a Segurança Social, relativamente à **Valência da Educação Pré-Escolar**, no âmbito do **Programa de Expansão e Desenvolvimento deste nível de ensino**;

Entretanto, o Centro Distrital de Coimbra do Instituto da Segurança Social, I.P., atentas as “normas imperativas contidas no art.º 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e em ordem a assegurar o cumprimento do princípio da legalidade”, propôs a cessação, por mútuo acordo, do Acordo de Cooperação em vigor, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 2010.

O Centro Distrital informou ainda que procederá à cessação do referido Acordo, a partir do dia 31 de Agosto de 2010, tendo como fundamento as normas legais invocadas referentes à Lei das Finanças Locais. Solicitou também ao Município a indicação da Instituição Particular de Solidariedade Social que iria assumir a gestão directa da Valência Creche da Casa da Criança, para que o Centro Distrital pudesse encetar as diligências necessárias no sentido de proceder à celebração do respectivo Acordo de Cooperação.

Face ao exposto,

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Considerando que a Casa da Criança de Soure presta um serviço imprescindível, no âmbito da Acção Social, ao Concelho de Soure;

Considerando que o apoio ao desenvolvimento global das crianças, logo a partir dos primeiros meses de vida, é considerado um valor fundamental no processo educativo;

Considerando que áreas de intervenção como a Educação, a Acção Social são essenciais para a valorização das Pessoas e, consequentemente, para a continuidade da consolidação do Desenvolvimento do Concelho de Soure;

Considerando que é necessário **não só manter, como reforçar as duas Valências: Creche e Educação Pré-Escolar**, por forma a **consolidar esta tipologia de serviços à primeira infância e às famílias**;

Considerando ainda que, no âmbito territorial do Município de Soure, e mais especificamente na sede de Concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Soure foi a IPSS que passou a disponibilizar a valência de Creche, no novo equipamento social, na sequência da aprovação de uma Candidatura ao PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, apoiada pelo Município de Soure;

Considerando que este facto, aliado à valiosa obra social global que vem desenvolvendo, confere a esta Instituição Particular de Solidariedade Social um conhecimento e um capital de experiência que constituem uma garantia de continuidade da qualidade do serviço que vem sendo prestado na Casa da Criança;

Considerando que, em Reunião de Câmara de 16.12.2011, foi deliberado aprovar a subscrição de um Protocolo que estabeleceu a transmissão da Valência Creche da esfera de atribuições do Município de Soure para a Santa Casa da Misericórdia de Soure;

Considerando ainda que será positivo manter uma sequencialidade dos serviços da Valência Creche para a Educação Pré-Escolar, a prestar pela mesma Instituição.

entre o Primeiro Outorgante,

MUNICÍPIO DE SOURE, com o número de identificação de pessoa colectiva de direito público, 507103742, com sede na Praça do Município, em Soure, representado, ao abrigo das alíneas a) do n.º 1 e h) do n.º 2 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, *Ana Maria dos Santos Costa Treno, Dra.*, com Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Despacho do Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009.

e o Segundo Outorgante,

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE, com sede social em Soure, Freguesia de Soure, com o número de identificação fiscal, 501214305, representada no presente acto pelo seu Provedor *Reinaldo Ramos*.

...é subscrito o presente Protocolo, aprovado em Reunião de Câmara de **27/12/2011**, que se consubstancia nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

1. O presente Protocolo estabelece **as condições de transmissão do serviço designado como Casa da Criança/Educação Pré-Escolar**, da esfera de atribuições **do Município de Soure para a Santa Casa da Misericórdia de Soure**, que passará a assumir integralmente a respectiva gestão e administração.
2. A transmissão referida no número anterior **inclui ainda:**
 - a) **O direito de utilização de instalações municipais para o funcionamento da Casa da Criança/Educação Pré-Escolar**, a formalizar através da aprovação e subscrição de Protocolo de Colaboração, considerado adequado;
 - b) **Equipamentos existentes na Casa da Criança**, considerados necessários e adequados;
 - c) **A disponibilização de Funcionários** que prestam actualmente serviço na Casa da Criança, mantendo-se o seu **vínculo laboral ao Município**.

**Cláusula Segunda
(Recursos Humanos)**

1. A definição do número e dos Funcionários a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante, conforme referido na alínea c) do nº 2 da cláusula primeira, dependerá do número de crianças inscritas, nos termos do Anexo ao Acordo de Cooperação, a subscrever anualmente entre o Município, a Segurança Social e o Ministério da Educação, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, por forma a assegurar os serviços a prestar.
2. O Segundo Outorgante deverá transferir mensalmente para o Primeiro Outorgante o valor correspondente ao custo global dos Funcionários disponibilizados pelo Primeiro Outorgante, calculado de acordo com a ambiência legalmente aplicável às IPSS/Misericórdias, nos termos do ANEXO 1.
3. A transferência aludida no ponto anterior deverá ser feita até ao dia 28 do mês a que respeita.

**Cláusula Terceira
(Transporte)**

1. O Primeiro Outorgante assegurará o transporte das Crianças, até que o Segundo Outorgante tenha condições para o efectuar.
2. O Segundo Outorgante transferirá, mensalmente, para o Primeiro Outorgante, o valor correspondente ao produto do número de Kms, efectivamente percorridos, pelo custo unitário anualmente acordado, nos termos do ANEXO 2.
3. A transferência aludida no ponto anterior deverá ser feita até ao dia 28 do mês a que respeita.

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

**Cláusula Quarta
(Encargos do Primeiro Outorgante)**

1. O Primeiro Outorgante deverá transferir mensalmente para o Segundo Outorgante o valor correspondente à Comparticipação Familiar das crianças inscritas na Educação Pré-Escolar, nos termos do ANEXO 3.
2. O Primeiro Outorgante deverá ainda transferir para o Segundo Outorgante o valor correspondente à Comparticipação relativa às Refeições e Prolongamento de Horário, decorrente do Anexo ao Acordo de Cooperação Tripartido, subscrito entre o Município, a Segurança Social e a Direcção Regional de Educação do Centro, nos termos do ANEXO 4.
3. As transferências aludidas nos pontos anteriores deverão ser feitas até ao dia 28 do mês a que respeitam.

**Cláusula Quinta
(Vigência)**

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir do **dia 1 de Janeiro de 2012, inclusive, devendo ser objecto de actualização os ANEXOS 1, 2, 3 e 4**, no início de cada Ano Civil e/ou Lectivo.
2. As actualizações atrás aludidas deverão ser feitas em conformidade com alterações legais aplicáveis no plano remuneratório, ou com modificações no número de crianças inscritas.

**Cláusula Sexta
(Situações Omissas)**

Qualquer situação omissa neste Protocolo deverá ser objecto de acordo entre os Outorgantes, em conformidade com a legislação aplicável.

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ANEXO 1

ACÇÃO SOCIAL



RECURSOS HUMANOS

. ANO LECTIVO _____

. N.º DE CRIANÇAS _____

. RECURSOS HUMANOS:

⇒ Legalmente Exigidos

- ~ Educador(es) de Infância
- ~ Auxiliar(es) de Acção Educativa
- ~ Ajudante(s) de Acção Educativa
- ~ Outros

⇒ Disponibilizados pela Câmara Municipal

- ~ Educador(es) de Infância
- ~ Auxiliar(es) de Acção Educativa
- ~ Ajudante(s) de Acção Educativa
- ~ Outros



. Valor MENSAL¹⁾ ⇒

. Valor ANUAL¹⁾ ⇒

¹⁾ Cálculo na Página Seguinte

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**



CATEGORIA DOS FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS	REMUNERAÇÃO MENSAL (1)	ENCARGOS SEG. SOCIAL (2)	ENCARGOS C/ SEGUROS (3)	SUBSÍDIO DE AUMENTAÇÃO (4)	CUSTO MENSAL (5) =(1)+(2)+(3)+(4)	SUBSÍDIO DE FÉRIAS (6)	SUBSÍDIO DE NATAL (7)	CUSTO ANUAL (8) =12x(5)+(6)+(7)	N.º FUNCIONÁRIOS DISPONIBILIZADOS
Educadores de Infância								8 ₁	Y ₁
Auxiliares de Acção Educativa								8 ₂	Y ₂
Ajudantes de Acção Educativa								8 ₃	Y ₃

• Valor Anual \Rightarrow
$$\text{V.A.} = (Y_1 \times 8_1) + (Y_2 \times 8_2) + (Y_3 \times 8_3)$$

• Valor MENSAL \Rightarrow
$$\frac{\text{V.A.}}{12}$$

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ANEXO 2

Acção Social



TRANSPORTE DAS CRIANÇAS

. ANO LECTIVO _____

. CIRCUITO DIÁRIO/N.º DE KMS _____ a)

. CUSTO UNITÁRIO ACORDADO _____ € b)



. Valor Diário $\Rightarrow \underline{c)} = a) \times b)$

. Valor MENSAL $\Rightarrow \underline{d)} = \underline{c)} \times \text{N.º de Dias do Mês}$
com Funcionamento do Serviço

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

ANEXO 3

*24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011*

ACÇÃO SOCIAL

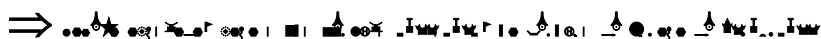


COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

. ANO LECTIVO _____

. N.º DE CRIANÇAS _____

. COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR:



. Valor **MENSAL** $\Rightarrow \underline{a)} = \text{N.º de Crianças} \times \text{Valor da Participação Familiar Mensal, de acordo com a Tabela aprovada para o Ano Lectivo 2011/2012}$

. Valor **ANUAL** $\Rightarrow \underline{b)} = \underline{a)} \times 11 \text{ Meses}$

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

ANEXO 4

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

ACÇÃO SOCIAL



**ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TRIPARTIDO
COMPARTICIPAÇÃO (REFEIÇÕES + PROLONGAMENTO DE HORÁRIO)
(TRANSFERÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)**

. ANO LECTIVO _____

. Nº DE CRIANÇAS _____

. REFEIÇÕES

a) Valor Decorrente do Anexo ao Acordo de Cooperação Tripartido

. PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

b) Valor Decorrente do Anexo ao Acordo de Cooperação Tripartido



. Valor MENSAL \Rightarrow c) = (a + b) x N.º de Crianças Inscritas

. Valor ANUAL \Rightarrow d) = c) x 11 Meses

Paços do Município de Soure, 27 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 7. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. Abertura de Furos - Brunhós

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
ABERTURA DE FUROS – BRUNHÓS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 31.01.2003 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA
. Abertura de Furos - Carrascal
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
ABERTURA DE FUROS – CARRASCAL
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 17.11.2004 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. ESTUDOS, PROJECTOS, LEVANTAMENTOS E PLANOS DE PORMENOR
- Termas da Amieira**

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de águas minerais
Minuta do contrato de prospeção e pesquisa

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) enviou a minuta do contrato para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de águas minerais naturais numa área situada nos Concelhos de Soure e Figueira da Foz, para que seja devidamente rubricada e devolvida.

Analizada a minuta saliento os seguintes pontos:

- Nos 60 dias após assinatura do contrato o Município de Soure (MS) presta caução de € 15.000,00;
- A duração do contrato é de 2 anos após a data de assinatura;
- Pode ser prorrogado por mais um ano;
- O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo MS até 60 dias antes do termo de vigência devidamente fundamentado;
- No termo do período de 2 anos o MS é obrigado a abandonar metade da área que foi atribuída, à sua escolha;
- No prazo de 30 dias após a assinatura do contrato o MS tem que apresentar o 1º programa anual de prospeção e pesquisa para aprovação da DGEG;
- Os programas anuais seguintes serão apresentados para aprovação da DGEG até 60 dias antes de terminado o período de validade do antecedente;
- O MS deverá dar início aos trabalhos no prazo de 3 meses a contar da assinatura do contrato;
- No período inicial de 2 anos o MS ficará obrigado a investir na execução dos programas de trabalho de prospeção e pesquisa o montante de € 63.000,00;
- Durante a vigência do contrato o MS pagará à DGEG uma contribuição anual de € 3.350,00 que será paga nos 3 primeiros meses de cada ano;
- O direito de exploração de águas minerais naturais será atribuído ao MS por um período não superior a 50 anos desde que seja requerido no período de vigência deste contrato;
- Este período poderá ser prorrogado por mais 20 anos
- A caducidade, extinção e rescisão do presente contrato podem acontecer nos termos previstos no Decreto-Lei 86/90 de 16 de Março;

Em contacto telefónico com a Dr.ª Carla Lourenço da DGEG referiu que a data de assinatura do contrato será marcada consoante a disponibilidade da agenda do Ministro da tutela, após a DGEG ter recebido a minuta rubricada pelo Sr. Presidente do Município de Soure.

Considerando o parecer jurídico em anexo e o parecer da técnica que dá apoio nesta área, a minuta reúne condições para ser assinada.

Maria José Carvalho – Eng.ª Civil
Chefe de Divisão de G.U.P.
23 de Dezembro de 2011

c

Assunto: **TERMAS DA AMIEIRA**

**DEC. LEI N.º 86/90, DE 16/03 (REGIME JURÍDICO DAS ACTIVIDADES DE PROSPECÇÃO E PESQUISA DE RECURSOS GEOLÓGICOS
CONCESSÃO DE DIREITOS DE PROSPECÇÃO E PESQUISA DE ÁGUAS MINERAIS E NATURAIS**

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

- APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO PARA ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS
- CAUÇÃO A PRESTAR MEDIANTE GARANTIA BANCÁRIA

Relativamente ao assunto em epígrafe, é solicitado parecer relativamente a duas questões:

- Órgão competente para aprovação da minuta de Contrato para Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Águas Minerais e Naturais nas Termas da Amieira;
- Enquadramento jurídico e legal para a contratação da garantia bancária, prevista no artigo 54.º n.º1 do Dec.-Lei n.º86/90, de 16/03.

Analizando:

O processo das Termas da Amieira foi iniciado por deliberação do executivo municipal de 17/11/87, mediante a qual foi deliberado adquirir o conjunto de imóveis que integram aquele complexo, bem como os direitos de exploração das respectivas águas termais.

No desenvolvimento do processo, convirá ainda convocar as deliberações do executivo municipal datadas de 23/03/93, 24/01/94, 21/02/1994 e de 16/04/2003.

Na sequência das deliberações supra mencionadas, em 14/03/2003, mediante o ofício n.º2340 de 14/03/2003, a Câmara Municipal de Soure requereu, junto do Ministério da Economia, a concessão de direitos de prospeção e pesquisa de águas minerais e naturais na zona da Amieira.

Tal requerimento mereceu deferimento, pelo que mediante o ofício n.º8690, de 05/09/2011, o Ministério da Economia e Emprego, enviou, à Câmara Municipal de Soure, a minuta do Contrato para Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Águas Minerais e Naturais nas Termas da Amieira, solicitando, se for da concordância da Câmara Municipal de Soure, a sua devolução depois de devidamente rubricada.

A referida minuta foi elaborada ao abrigo do Dec.-Lei 86/90, Dec.-Lei n.º90/90, ambos de 16/03, do artigo 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos e da proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Efectivamente, nos termos do n.º1 do artigo 7.º do Dec. Lei n.º86/90, de 16/03, decidida a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, a Direcção-Geral notifica o interessado para a celebração do contrato entre o Estado e o mesmo interessado.

Apesar de a lei não prever a prévia “*minuta*” do contrato, a existência e apreciação da mesma é de todo conveniente, porquanto contendo a mesma o termos que figurarão no contrato a celebrar, designadamente: obrigações e direitos da concessionária, delimitação da área abrangida, período de vigência inicial do contrato e respectivas prorrogações, programa geral de trabalhos e investimentos mínimos, periodicidade de apresentação de planos e relatórios de actividade, valor da caução definitiva e fundamento para rescisão do contrato, entre outros elementos, de forma que a entidade interessada, neste caso o Município de Soure, possa verificar se o seu conteúdo está conforme á vontade de contratar.

A referida concordância, solicitada pelo Ministério da Economia e Emprego, sobre a minuta, mais não é que a aprovação da mesma.

Quanto à competência para tal aprovação, importa agora referir que competência dos órgãos da Administração Pública Local está definida no Quadro de Competências dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º169/99, de 18/09.

No seu artigo 2.º está previsto que os órgãos representativos do Município são a assembleia municipal e a câmara municipal. Sendo a Câmara Municipal o órgão executivo colegial do Município.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Ora, na sequência das deliberações que antes deixámos mencionadas e da decisão de requerer a atribuição de direitos de prospecção e pesquisa, tomada pela Câmara Municipal de Soure, a aprovação da minuta do contrato, caberá também à Câmara Municipal.

Quanto mais não fosse, tal competência derivaria também da alínea d) do n.º7 do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18/09, pela qual lhe compete “*exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município*”, ou se quisermos da aplicação por analogia do disposto na alínea q) do n.º1 do referido artigo 64.º, ou do n.º1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, dada a inexistência de norma específica para a presente situação.

No âmbito de tal aprovação, sugere-se que a Câmara Municipal delibere, especificamente, acerca da sua concordância/autorização para os encargos financeiros decorrentes da celebração do contrato, e que constam nos artigos 3.º, 8.º e 13.º da minuta (no caso de não ter deliberado em momento anterior).

Por último, no que a esta parte respeita, quanto à competência para a outorga/assinatura do contrato, esta cabe legalmente ao Presidente da Câmara, nos termos do artigo 68.º n.º1 alínea a) da Lei n.º169/99, de 18/09, porquanto lhe cabe representar o Município em juízo e fora dele.

Relativamente à segunda questão colocada, que se prende com o enquadramento jurídico e legal para a contratação da garantia bancária, prevista no artigo 54.º n.º1 do Dec.-Lei n.º86/90, de 16/03, importa assentar a análise em duas premissas: natureza jurídica da Garantia Bancária e a sua distinção face ao empréstimo.

A obrigatoriedade de prestar caução, pelo interessado a quem foram atribuídos direitos de prospecção e pesquisa, na presente situação o Município de Soure, decorre do artigo 54º do Dec.-Lei n.º86/90, de 16/03.

Antes de mais, é relevante dizer que é omissa a legislação nacional sobre a constituição de garantia bancária.

Cumprindo, no entanto, caracterizar o instituto da garantia bancária.

É comumente aceite, entre nós – tanto na doutrina como na jurisprudência – a definição que para ela propõe GALVÃO TELLES: “a garantia autónoma é a garantia pela qual o banco que a prestou se obriga a pagar ao beneficiário certa quantia em dinheiro, no caso de alegada inexecução ou má execução de determinado contrato (o contrato-base), sem poder invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com esse mesmo contrato”.

Para o objecto deste parecer interessa sobretudo qualificar, o instituto da Garantia Bancária, na relação que se estabelece entre o dador da ordem e o garante – ou seja, concretamente, entre a autarquia local e o banco.

Importa, por isso, analisar se, ela se reconduz ou não à figura do empréstimo – com vista a apurar se lhe é ou não aplicável o regime jurídico dos empréstimos contraídos pelas autarquias locais.

Segundo FERRER CORREIA: “ao prestar a garantia pedida pelo cliente - acto que o sujeita ao risco de vir a pagar ao beneficiário determinada garantia - o banco está, por outra via, a conceder àquele um crédito de montante igual ao da soma garantida, ou até à concorrência do valor fixado como limite”.

No entanto desta consideração, não se pode asseverar que existe uma verdadeira e própria identidade, em termos jurídicos, entre a garantia bancária e o empréstimo.

É que são, ao invés, bem relevantes as diferenças entre esses dois tipos negociais.

Desde logo, do que decorre do artigo 1142.º do Código Civil, se se considerar a respectiva forma, não subsistem dúvidas de que o mútuo, é, no nosso direito, um contrato real, que apenas se perfaz com a entrega ao mutuário da coisa mutuada.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Diversamente, a garantia bancária é, nos moldes em que as partes a têm vindo a celebrar - sem que isso corresponda, como se realçou, a qualquer negócio nominado, mas por ser a solução que melhor se ajusta aos seus interesses -, um negócio consensual, consubstanciado no respectivo acordo de vontades.

Correlativamente, o mútuo só preenche o fim que lhe é próprio com a entrega do bem ao mutuário, para que dele possa dispor. Ao invés, a garantia bancária alcança a sua finalidade (garantística) independentemente do efectivo pagamento ao beneficiário por parte do banco, e mesmo que este jamais venha a ter lugar.

Acresce que, no mútuo, o bem é entregue ao mutuário, para que dele possa dispor. Ao passo que na garantia bancária, se para tanto for interpelado, o banco paga ao respectivo beneficiário, nunca chegando o dador da ordem a dispor de tal bem.

Aliás, se nos ativermos ao circunstancialismo em que a entrega do bem ocorre, num e noutro negócio, merece salientar-se que no mútuo ela corresponde à dinâmica normal desse contrato, ao passo que, quando no âmbito da garantia bancária tem lugar, elas urge por ocasião de uma situação patológica (alegada falta de cumprimento de algum dever por parte do dador da ordem).

Assim, o empréstimo, que gera uma nova dívida – a de restituição da quantia emprestada -, a contratação duma garantia bancária não origina, desde logo, em regra, uma nova dívida.

Não é esse o seu normal objecto.

Assim, a Garantia Bancária não se confunde com o mútuo, pelo que lhe não é aplicável o regime jurídico da contracção de empréstimos previsto na Lei da Finanças Locais.

Assim, sendo restará verificar se a contratação de uma Garantia Bancária, junto de uma instituição bancária, por parte de um Município, cai no âmbito do regime jurídico constante do Código dos Contratos Públicos.

Tudo parece indicar nesse sentido, quanto mais não seja pela mera exclusão de partes – a não consideração da garantia bancária como um empréstimo.

Ainda que assim não fosse, a verdade é que atendendo às características da garantia bancária e à posição no mercado do agente económico que a emite – bancos, a contratação de uma garantia bancária cai no regime do CCP. Senão vejamos.

Desde logo, porque a emissão de uma garantia bancária, por parte de um banco é a prestação de um serviço bancário.

Tal serviço tem um custo, designado por comissão, cujo dador da ordem, a autarquia local, terá que pagar.

Por último, a existência de mais do que uma instituição bancária a operar em território nacional, a prestar tal serviço.

Deste modo, o contrato que se estabelece entre o banco e a autarquia local, com vista à emissão da garantia bancária, abrange prestações que estão ou são susceptíveis de estar submetidas à concorrência. Isto mesmo decorre do disposto no n.º4 do artigo 1.º, artigo 5.º n.º1 *a contrario* e artigo 16.º do CCP.

Acresce que o CCP procede à transposição das Directivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, alteradas pela Directiva n.º 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de Setembro, e rectificadas pela Directiva n.º 2005/75/CE, do Parlamento Europeu e da Comissão, de 16 de Novembro.

Ora, o Anexo II-A da Directiva 2004/18/CE, contempla os contratos públicos de fornecimento de serviços aos quais é aplicável a mesma Directiva.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Na categoria 6 daquele anexo, constam a categoria dos Serviços Financeiros, sendo que a sua alínea b) considera serviços financeiros, os serviços bancários.

Da transposição da Directiva 2004/18/CE, que resultou na aprovação do CCP, desde logo se verifica, pelos seus artigos 4.º e 5.º que a contratação de garantias bancárias, não foi excluída do âmbito de aplicação do CCP, pois os serviços financeiros excluídos são apenas os previstos na alínea e) do n.º4 do artigo 5.º, nos quais não se inclui a garantia bancária.

Por, outro lado, os serviços financeiros constantes da categoria 6 do Anexo II-A da Directiva 2004/18/CE, estão previstos no artigo 27.º do CCP, e portanto sujeitos á disciplina do CCP.

Posto isto, conclui-se que para contratação de uma garantia bancária, necessário se torna, nos termos do artigo 16.º do CCP, adoptar um dos procedimentos previstos (ajuste directo, concurso público, concurso limitado por previa qualificação, procedimento de negociação ou diálogo concorrencial) consoante o critério que se use para a escolha do procedimento.

No presente caso, atendendo ao montante da garantia, €15.000,00, e aos custos previsíveis a suportar pelo Município, poderá recorrer-se à figura do ajuste directo, conforme resulta do disposto nos artigos 17.º e 20.º n.º1 alínea a) todos do CCP.

Em face do exposto somos de parecer que:

- A aprovação da minuta do contrato para Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Águas Minerais e Naturais nas Termas da Amieira, é da competência da Câmara Municipal, sendo o Presidente da Câmara competente para a sua outorga/assinatura, ou qualquer vereador do executivo com competência delegada;

- A contratação de uma Garantia Bancária, junto de uma instituição bancária, por parte de um Município, cai no âmbito do regime jurídico constante do Código dos Contratos Públicos, podendo na presente situação, recorrer-se à figura do ajuste directo.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
23.12.2011

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal tem vindo a diligenciar todos os esforços para que lhe sejam atribuídos os direitos de prospecção e pesquisa de águas minerais e naturais nas Termas da Amieira... Isto tem-se revelado um processo muito complexo, mas agora, finalmente, a Direcção Geral de Energia e Geologia enviou-nos a Minuta do Contrato para a atribuição desses direitos... naturalmente, importará dar a nossa concordância às condições do mesmo, após a necessária e adequada avaliação técnico jurídica...”

9.1. Contrato de Prospeção e Pesquisa

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato para atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-

9.2. Garantia Bancária

Deliberado, por unanimidade, autorizar a prestação de uma Caução, sob a forma de Garantia Bancária, à ordem do Ministério da Economia e do Emprego - Direcção Geral de Energia e Geologia, no montante de 15.000,00 Euros, nos termos da Lei, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

**Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
. OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS – EM ZONAS RURAIS
- Homologações de Autos de Recepção Definitiva**

10.1. Estrada de Carcavelos - EN 348

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS – EM ZONAS RURAIS
ESTRADA CARCAVELOS – EN 348
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

10.2. Quinta de Famalicão/Igreja de Samuel

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS – EM ZONAS RURAIS
QUINTA DE FAMALICÃO / IGREJA DE SAMUEL
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 11. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
. OUTRAS RECARGAS
- Homologações de Autos de Recepção Definitiva**

**11.1. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- EN 342 na Camparca**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE – EN 342 NA CAMPARCA
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**11.2. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- Paleão**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE – PALEÃO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**11.3. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Vinha da Rainha
- Vale de Pedras/Capela da Senhora da Graça**

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA – VALE DE PEDRAS / CAPELA DA SRª DA GRAÇA
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
21.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Em Zonas Urbanas
- . Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO NA RUA COMENDADOR JOÃO DUARTE CACHULO – VINHA DA RAINHA
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 28.11.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Gadanha Pavimentos, Lda	7.329,42 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta não é superior ao preço base, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **7.329,42 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
20.12.2011

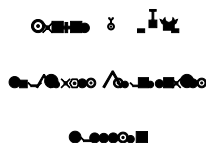
Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS
 . SIADAP // 2012
 - Objectivos Estratégicos

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

Foi presente a seguinte Proposta:

- CICLO ANUAL DE GESTÃO -



(De acordo com o disposto no n.º 1 do Art.º 4.º e a) do Art.º 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04/2009)

- * **...Continuar...** A Melhorar o Atendimento e o Relacionamento com os Municípes.
- * **... Continuar...** A Manter Bons Níveis de Investimento Público, designadamente, maximizando o Aproveitamento de Fundos Comunitários, por via da concretização de Projectos com Candidaturas Aprovadas no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional).
- * **...Continuar...** A Alargar e a Melhorar as Redes de Infraestruturas Básicas.
- * **...Continuar...** A Potenciar o Crescimento do número de Famílias Residentes, humanizando, ainda mais, as condições de vida no Concelho, concretamente:
 - ⇒ Mantendo a aposta prioritária na Educação e Qualificação das Pessoas;
 - ⇒ Procurando garantir a Todos o Acesso à Cultura e à Prática Desportiva;
 - ⇒ Assegurando Mais e ainda Melhor Acção Social aos que mais precisam;
 - ⇒ Contribuindo para a existência e funcionamento de uma cada vez Melhor rede de cuidados de Saúde;
 - ⇒ Colaborando, articulando e conjugando esforços com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, procurando-se, assim, que a Protecção Civil garanta tranquilidade e Segurança às Pessoas;
 - ⇒ Assumindo uma Política Fiscal Autárquica socialmente eficaz;
 - ⇒ Promovendo uma relação saudável com a Natureza, sempre com a Defesa e Valorização do Ambiente como pano de fundo;
 - ⇒ Aprovando as alterações ao Ordenamento do Território consideradas necessárias e adequadas, naturalmente coerentes com o previsto nos Planos Regional e Nacional.
- * **...Continuar...** A Estimular o Aumento e a Defesa do Emprego no Concelho.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

*** ...Continuar...** A Sensibilizar a Administração Central para a realização de Investimentos da sua competência que consideramos absolutamente necessários.

Obs.: - Esta Proposta está em consonância com as Grandes Opções do Plano - PPI/AMR - e Orçamento aprovados.

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
22.12.2011

e

Assunto: - SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública)
- Ciclo de Gestão
• Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro
• Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento legal da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar:

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, veio instituir o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, adiante designado por SIADAP. Este sistema visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços públicos, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Posteriormente, o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, procedeu à adaptação deste sistema de avaliação (SIADAP) aos serviços da Administração Autárquica.

Segundo art. 5.º do Decreto Regulamentar mencionado, **o SIADAP articula-se com as fases do ciclo anual de gestão das unidades orgânicas, dos dirigentes e dos trabalhadores**, fases que passamos a enunciar:

- Fixação dos objectivos de cada Unidade Orgânica para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas, os objectivos estratégicos plurianuais determinados pelo órgão executivo, os compromissos assumidos na carta de missão pelo dirigente superior, quando exista, os resultados da avaliação do desempenho e as disponibilidades orçamentais;

- Aprovação do orçamento e aprovação, manutenção ou alteração do mapa do respectivo pessoal, nos termos da legislação aplicável;

- Definição das actividades para o ano seguinte, indicadores de desempenho da entidade e de cada unidade orgânica;

- Monitorização e eventual revisão dos objectivos da entidade e de cada unidade orgânica, em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo;

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

- Elaboração do relatório de actividades, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e o relatório de auto-avaliação previsto no presente Decreto Regulamentar.

Dispõe o art.º 6.º do diploma supra referido, que este sistema integra três componentes:

- **A Avaliação do Desempenho das Unidades Orgânicas dos Municípios (SIADAP 1);**
- **A Avaliação do Desempenho dos Dirigentes dos Municípios (SIADAP 2);**
- **A Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores das Autarquias Locais (SIADAP 3).**

Estes subsistemas funcionam de forma integrada pela coerência entre objectivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, objectivos do ciclo de gestão da entidade, objectivos das unidades orgânicas, objectivos fixados na carta de missão dos dirigentes superiores, quando existam, e objectivos fixados aos demais dirigentes e trabalhadores (cfr. n.º 2 do art. 6.º do DR n.º 18/2009).

No que se refere à avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas (SIADAP 1), dispõe o art. 7.º do Decreto Regulamentar, que as mesmas **dependem directamente dos membros do órgão executivo, e devem ser avaliados anualmente sempre em articulação com o ciclo de gestão do Município.**

Nos termos do art. 8.º do Decreto Regulamentar, a avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas realiza-se com base nos seguinte parâmetros:

- Objectivos de eficácia (alcance e obtenção dos objectivos e resultados);
- Objectivos de eficiência (relação entre bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados);
- Objectivos de qualidade (forma de satisfação das necessidades dos utilizadores).

Estes objectivos são propostos pela Unidade Orgânica, até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa e são por este aprovados, até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art. 8.º do DR n.º 18/2009).

Em cada Unidade Orgânica são definidos:

- a) Indicadores de desempenho para cada objectivo e respectivas fontes de verificação;
 - b) Mecanismos que sustentem os níveis de graduação podendo ser fixadas ponderações diversas a cada parâmetro e objectivo, de acordo com as unidades orgânicas.
- A proposta de objectivos apresentada pela Unidade Orgânica ao membro do executivo, deve ser acompanhada dos instrumentos (comuns a todas as unidades) que permitam o acompanhamento e monitorização concomitante, da execução de cada um dos objectivos (n.º 2 do art. 9.º).
- Trimestralmente o dirigente da Unidade Orgânica deve apresentar um relatório sintético da execução e de adopção de medidas de melhor desempenho ou de revisão dos objectivos em função de contingências não previstas ao nível político ou administrativo (cfr. n.º 3 do art. 9.º).

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

- Até 15 de Abril do ano seguinte a unidade orgânica deve apresentar um relatório do desempenho da unidade orgânica ao membro do órgão executivo evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados (cfr. art. 10.º).

CONCLUSÕES:

i) Para se proceder à implementação do SIADAP para o ano de 2012, o órgão executivo da Câmara Municipal deve aprovar através de uma Proposta, os objectivos estratégicos plurianuais (cfr. n.º 1 do art.4.º e al a) do art. 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);

ii) Posteriormente, e com base nos objectivos plurianuais estratégicos já aprovados, o dirigente máximo de cada unidade orgânica deve propor os objectivos operacionais para a sua unidade orgânica até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa, sendo por este aprovados até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art.8.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);

iii) Os objectivos individuais para os dirigentes intermédios e demais trabalhadores, são definidos *a posteriori*, pelo respectivo avaliador, de acordo com os objectivos aprovados para a unidade orgânica.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 07 de Dezembro de 2011

**A Técnica Superior,
(Susana Ramos)**

DESPACHO:

Tomei conhecimento.

Deverá ser apresentada

Proposta de Objectivos

Estratégicos, já, na próxima

Reunião de Câmara.

2011.12.15

(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 14. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

. Apreciação de Propostas de Alteração - 13.ª/13.ª - .

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 13.ª/13.ª - .-----

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

**Ponto 15. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2012**

O Senhor Presidente referiu que: “a metodologia utilizada no desenvolvimento das propostas foi rigorosamente a mesma que vos tem vindo a ser explicada aquando da apreciação das relativas a Exercícios Económicos anteriores... Evidentemente que esta proposta continua a ser um documento político assente na estratégia que está em consonância com o programa legitimado, sufragado nas Eleições de 2009...

Quando apresentámos a proposta de Plano e Orçamento para 2011 foi, então, dito que iríamos ter um ano de natureza mais excepcional, negativamente... Bom, se para 2011 foi dito isso, para 2012, não sei muito bem como é que havia de dizer ainda mais excepcional... De facto, pensamos que o próximo ano vai ser um ano com uma ambiência excepcionalmente muito difícil... Sobre isto gostava até, antes de vos apresentar a proposta, de referir cinco indicadores que indiciam já a dificuldade do ano de 2012... Primeiro e segundo indicador, no capítulo das Receitas: se fizermos as contas às Transferências do Orçamento Geral do Estado, se fizermos as contas ao que recebemos a menos em 2010 - quase 300.000,00 euros -, a menos em 2011, para além desses \approx 300.000,00 euros mais \approx 360.000.00 euros e agora, para além desses quase 700.000,00 euros, mais \approx 356.000,00 euros a menos... isto significa que estaremos em 2012 confrontados com uma diminuição acumulada em três anos, superior a 2.000.000,00 euros, só em Transferências do Orçamento Geral do Estado!!!...

Depois enfrentaremos uma ambiência, no capítulo das Receitas não Normais, as chamadas Receitas por via da Contratação de Empréstimos, em que, mais uma vez, no que toca aos limites legais ao endividamento vão baixar os “máximos”... isto é, os limites legais à utilização do endividamento são outra vez alterados, revistos em baixa, ou seja, muito dificilmente poderemos ter qualquer possibilidade, mesmo com as contas equilibradas, de aceder ao crédito!!!... Não obstante, mais uma vez, terminarmos o ano a respeitar integralmente a lei, em matéria de limites legais ao endividamento...

Este é um período em que, em Soure, felizmente, temos vindo a resistir no plano das questões de grande gravidade social... mas, mesmo assim tivémos que prever na Proposta do Plano e Orçamento uma resposta social mais larga e mais intensa, acautelando a eventualidade/possibilidade de poder aparecer um maior número de famílias com fragilidade social, a que tenhamos que vir a atender... Continuaremos a manter apoios de natureza excepcional a IPSS que, manifestamente, estão com graves

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

dificuldades em termos de gestão de tesouraria, resultantes, quer de uma eventual falta de escala, quer de um insuficiente apoio da Segurança Social...

Se pensarmos na alteração/subida da taxa do IVA, por exemplo, no que diz respeito aos nossos consumos de energia... se, entretanto, não formos capazes de tomar medidas ambientalmente adequadas e economicamente inadiáveis, só em consumo de energia, por via da alteração da taxa de IVA, teremos um acréscimo de despesa de $\approx 160.000,00$ euros...

Assim, adiantei-vos dois exemplos de receitas cuja evolução evidencia bem que 2012 não vai ser fácil e, como se isso não bastasse, como contra ponto, três exemplos de despesas que, só elas por si mesmo, farão de 2012 um ano particularmente muito difícil...

A proposta, quer do Plano, quer do Orçamento, até porque as duas não são dissociáveis, é uma proposta com a ambição possível e com uma responsável contenção... Se quiserem confirmar a contenção, desta vez não há “ilusão de óptica”, basta comparar o valor global previsto em Plano e Orçamento para 2012 com o valor global previsto no Plano e Orçamento para 2011... Trata-se de uma proposta com uma saudável ambição, a ambição possível, mas com uma responsável contenção, basta comparar valores, isto sem pôr em causa o normal funcionamento dos serviços...

Comparação do Orçamento da Receita Corrente com a Despesa Corrente... se olharem para a proposta de Orçamento, se confrontarem o total da Receita Corrente com o total da Despesa Corrente, verificarão que a diferença é superior a 1.000.000,00 euros, ou seja, continuaremos, ainda assim, a consolidar, de forma mais significativa, a auto-suficiência orçamental... Se olharem também do lado da Despesa, na proposta de Orçamento para as Transferências Correntes e para as Transferências de Capital, verificarão que manteremos cerca de 6% em Transferências... iremos transferir um montante global superior a 1.000.000,00 euros, designadamente, quer para as Juntas de Freguesia, quer para as Instituições Culturais, Desportivas, Acção Social, Protecção Civil... Não abandonamos a política descentralizadora, não obstante a descentralização, no plano contabilístico, contribuir para uma diminuição do resultado...

... Despesas com o Pessoal... a proposta de Plano e Orçamento que aprovámos para 2011 já previa uma Despesa com o Pessoal inferior em cerca de 30.000,00 euros, em relação a 2010... Esta proposta de Plano e Orçamento, em matéria de Despesas com o Pessoal, apresenta uma diminuição, comparando com as Despesas com o Pessoal em 2011, de 270.000,00 euros... Não há milagres, isto acontece porque beneficiaremos dos cortes de alguns Subsídios, naquilo que legalmente nos são

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

aplicados, Subsídio de Natal e Subsídio de Férias, do congelamento de Salários e de algum emagrecimento, porque se olharmos aquilo que tem sido a evolução da mobilidade de pessoal entre reformas, falecimentos e admissões, os números são elucidativos... há um claro emagrecimento que, acompanhado de legislação nacional aplicável, contribuirá para que haja, tudo aponta, pelo menos em termos de comparação linear, uma diminuição de $\approx 270.000,00$ euros nas Despesas com o Pessoal...

Na parte final da proposta de Plano e Orçamento estão os Mapas de Pessoal... Quando se fala da diminuição das despesas, se compararem esta proposta de Plano com a proposta de Plano aprovada para 2011, verificarão que há a diminuição de 15 lugares previstos, isto é, a mobilidade que se tem verificado também permitiu reduzir o número de lugares... É preciso que também se perceba que, quando se diz que se diminuiu de 311 para 296, não quer dizer que estão cá 296 porque há aí os chamados lugares previstos, mas não ocupados, que são 28... Assim, se compararem os Mapas de Pessoal da proposta de Plano de 2011 com a proposta de Plano para 2012 verificarão um emagrecimento de 311 para 296 lugares...

... Dívida... desde 2004 que, mesmo assim, temos vindo a conseguir sempre reduzir a Dívida!!!... Se olharem para a proposta de Orçamento, para o lado da Despesa, verificarão em Passivos Financeiros, no lado das Despesas de Capital, que haverá uma amortização acumulada de 1.015.000,00 euros... Amortizámos cerca de 1.000.000,00 euros, este ano, mas utilizámos o empréstimo de 380.000,00 euros praticamente todo, portanto, a nossa Dívida Bancária em 2011 vai diminuir quase 700.000,00 euros... mas, a Dívida Bancária no próximo ano, admitindo eu que não temos a menor hipótese de ir à Banca, diminuirá mesmo $\approx 1.000.000,00$ euros... Aliás, a Dívida à Banca, nesta altura, já se aproxima dos 7.000.000,00 euros, sendo que ainda há bem pouco tempo estava nos 10.000.000,00 euros!!!... Como sabem, o indicador indirecto de como é que evolui a Dívida a Credores que não a Banca é o valor da rubrica Venda de Bens de Investimento... Se olharem para a evolução da Venda de Bens de Investimento verificarão que, por exemplo, em 2009 tínhamos em Venda de Bens de Investimento 4.393.000,00 euros... em 2010 - 4.380.000,00 euros... em 2011 - 3.992.000,00 euros; em 2012 - 3.492.573,00 euros... O indicador indirecto que, de forma inequívoca, mostra como é que está a evoluir a Dívida a Credores que não a Banca é a maior ou menor necessidade que nós temos, quando apresentamos uma proposta de Plano, de utilizar esta rubrica para “inventar” uma receita...

**24.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

Mantenho sempre a ideia, nunca tive grandes dúvidas sobre ela, de que quando um Plano tem por objectivo, como sempre teve, continuar a promover o desenvolvimento e a melhoria do bem-estar colectivo, não há nenhum investimento que por si só, por mais significativo que seja ou por mais significado económico que tenha, melhore o bem-estar da população... Isso, só pode resultar sempre de um conjunto integrado de investimentos, nas diferentes áreas e nos diferentes locais!!!...

Aquilo que mais nos agrada nesta proposta de Plano é que, se olharmos para a primeira página onde está a repartição dos quase 10.000.000,00 euros, pelas diferentes áreas... se fizermos agrupamentos, verificamos que quase 65% dos montantes inscritos em Plano têm a ver com áreas mais directamente ligadas com a qualidade de vida das Pessoas e apenas 35%, ou seja, 21% na Rede Viária e 14% em Saneamento Salubridade e Abastecimento Público de Água, têm a ver com Infra-estruturas Básicas!!!... É evidente que, se por um lado me congratulo com esta repartição do investimento em que quase 65% tem a ver com as áreas da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Acção Social, Habitação Urbanismo e Urbanização... por outro lado, pode haver aqui uma pergunta legítima, cuja resposta antecipo, que é: porque é que o Saneamento e Salubridade só têm 7% quando o grau de cobertura é de $\approx 60\%$ e há um compromisso político de tentarmos fazer os 35%/40% que faltam?... A resposta, como sabem, é que a metodologia a adoptar, e que ainda acredito que possa vir a ser viável, assente, não em investimento directo municipal, não temos meios para o fazer, mas através de uma metodologia que espero que venha a ser definida em 2012 e concretizada através de concurso público e que poderá passar por uma concessão para os próximos vinte e cinco anos... Se vier a ser assim, com essa metodologia, ou com uma dessas metodologias legalmente previstas, isso não tem despesa directa inscrita em Plano e Orçamento... isso explica porque é que todos esses investimentos estão na proposta de Plano, apenas e só, com valores simbólicos...

Para terminar, se forem à acta em que aprovámos a Proposta de Plano e Orçamento para 1995, no meu primeiro ano de presidência, disse que “*as balizas em Soure tinham acabado de mudar, passavam a ser as do rigor técnico e da consciência social*”... Este ano, curiosamente, eu que procurei nunca me afastar disso, termino dizendo que estas propostas, como sempre, mas mais do que nunca, assentam no rigor técnico e na consciência social e que a sua aprovação e boa execução, só poderão constituir mais um contributo decisivo para podermos continuar o desenvolvimento!!!!...”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “depois da explicação tão clara e detalhada feita pelo Senhor Presidente da Câmara, muito pouco há

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

acrescentar. De qualquer maneira gostaria de dar a minha opinião e de fazer uma análise superficial sobre este documento. Antes de analisarmos o Plano e Orçamento para 2012, devemos focarmo-nos em dois pontos essenciais: primeiro, que este é um documento de orientação, de estratégia política, de previsão e, sem dúvida, é um documento político. Segundo, devemos ter em conta o contexto das dificuldades em que vivemos e, em particular as Autarquias, devido à grande redução das transferências/receitas por parte da Administração Central e também a diminuição dos valores ao endividamento.

Assim, podemos constatar que este documento até se apresenta ambicioso, mesmo nesta ambiência de dificuldades. Verificamos que existe uma divisão equilibrada nas diversas áreas. Existe, também, uma preocupação descentralizadora que podemos verificar através das Transferências Correntes e as Transferências de Capitais. Também constatamos que as Despesas Correntes são inferiores às Receitas Correntes e, naturalmente, essa diferença poderá ser canalizada para investimento, nomeadamente, ao nível social/humano.

Em suma, estamos perante um documento bem elaborado, muito perceptível, equilibrado, em que todas as áreas são contempladas e estão interligadas, que visam o bem-estar da população do nosso Concelho.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “acabámos de ouvir, como sempre, explicações bastante elucidativas em que ficamos a perceber, ainda melhor, este documento que é estruturante e vai balizar a actividade municipal no próximo ano de 2012.

À semelhança do ano anterior, estamos confrontados com um quadro de escassez de recursos ainda mais difícil, o que, naturalmente, vai impor, cada vez mais, limites à concretização de algumas acções e elencar prioridades. Prioridades que vão, como sempre, para as acções dirigidas à procura do bem-estar das pessoas, sobretudo das mais vulneráveis, crianças e idosos. Esta estratégia é visível no investimento para as áreas da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres e Acção Social. Mesmo neste cenário de cortes financeiros elevados, sobretudo da Administração Central e também das despesas obrigatórias, como é o caso do esforço financeiro relativo às obras cofinanciadas ou à alteração do IVA no consumo de energia, ainda assim, vamos conseguir responder com eficácia a múltiplos problemas que se transformarão em soluções e que, justamente, vão contribuir para a qualidade de vida dos Munícipes, das doze Freguesias do Concelho. O que está espelhado neste documento, e que acabou também por ser referido pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vice-Presidente, é um investimento público descentralizado, espacial e

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

funcionalmente equilibrado, que vai permitir continuar a consolidar o desenvolvimento do Concelho de Soure, nas diferentes áreas de intervenção municipal. Congratulo-me, pois, com o facto de sensivelmente 65% dos montantes inscritos terem a ver, efectivamente, com a vida das pessoas, isto é, com o investimento em acções que contribuam para o bem-estar das pessoas. Daí que, irei, naturalmente, votar favoravelmente este documento.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “relativamente a este documento, não me vou alongar àquilo que já foi dito e explicado pelo Senhor Presidente e pelos colegas que me antecederam... Esta proposta de Plano e Orçamento para 2012, tendo em conta todas as particularidades e diversidades já apresentadas, parece-me ser um documento que merece, da minha parte, ser apelidado dos três R... É redistributivo, pega naquilo que é a riqueza do Município e redistribuía pelas diversas áreas e necessidades dos Municípes. Os seus investimentos abarcam aquilo que são as diversas competências do Município e as obrigações perante as suas competências, retribuições e responsabilidades. Essa redistribuição está bastante equilibrada e bem feita.

Tem um R de responsabilidade, só prevê o que é de facto exequível e necessário, tendo em conta o quadro financeiro que o país e o mundo atravessam... Com este quadro de responsabilidade, baixa o recurso a previsões ainda não definidas e o recurso a previsíveis, Venda de Bens de Investimentos, indicador que o Senhor Presidente apresentou como sendo um indicador de que a Dívida a Outros Credores que Não a Banca diminui a nossa previsão de défice... Esta é uma responsabilidade que nos continua a enquadrar dentro de todos os limites legais ao endividamento.

Embora a palavra possa não ser muito correcta, possa ter outras interpretações, para mim, é um Orçamento recorrente... Recorrente no bom sentido, porque está numa linha de continuidade, continua a ter ambição, consolidação orçamental e a promover o desenvolvimento e o bem-estar social. A recorrência é nesta linha de demonstração de um objectivo de continuidade, não se limita a um quadro de 365 dias, faz parte de uma estratégia que vem de trás e que irá ter seguimento nos próximos anos, com os investimentos que estão a ser feitos.

Assim, naturalmente, que votarei a favor este documento.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “esta proposta de Plano assenta numa estratégia política clara, há muito definida pelo Senhor Presidente. Aproveito para o saudar e dar os parabéns pelo excelente trabalho que tem vindo

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

a desenvolver à frente do Município de Soure, são muitos anos de confiança dos eleitores, fruto do trabalho que tem sido desenvolvido.

Este Plano, mesmo com os recursos financeiros limitados, não afecta áreas que consideramos essenciais como a Educação, a Cultura, o Desporto e Tempos Livres, a Acção Social, a Saúde e a Protecção Civil. São áreas que todos nós considerámos fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida de todos nós, são aquelas que mais afectam as pessoas em momentos de crise e, por isso, são nelas que devemos concentrar todos os nossos esforços, nem que para isso haja outros investimentos que sejam atrasados ou até adiados...

Fiquei preocupado quando o Senhor Presidente disse, corrija-me se estou errado, que para o ano temos que acabar as obras do QREN... Com a diminuição das Transferências do Orçamento do Estado e com naturais dificuldades no acesso à Banca, contamos, mais uma vez, que com a sua habitual capacidade encontre soluções para que estas obras continuem e as outras não sejam afectadas... Não sei muito bem como é que vai acontecer, só sei é que vai ser um momento difícil e exigente para todos nós... O ano de 2012 vai exigir muito das famílias, mas também vai exigir muito mais dos políticos... É um momento em que vão ter que tomar decisões muito importantes... Penso que vai ser o ano mais exigente da política desde o 25 de Abril de 1974... É o momento dos políticos serem mais solidários e desperdiçarem menos... Devemos todos, por isso, estar motivados e à altura das nossas responsabilidades enquanto políticos.

Espero que, da nossa parte, os Munícipes do Concelho de Soure continuem a confiar em nós. Talvez seja o ano em que, no Concelho de Soure, as famílias mais precisem da Câmara Municipal de Soure e nós temos que estar à altura deste desafio.

Como todos os meus colegas do Executivo em Permanência, irei votar favoravelmente este Plano e Orçamento para ano de 2012.”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “o meu sentido de voto é a abstenção. O Senhor Presidente há pouco adiantou-se e previu a questão que iria levantar... Preocupa-me esta percentagem em termos de investimento ou de financiamento em relação ao Saneamento Básico... O Senhor Presidente já

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

explicou, já se justificou, não sei se será bem assim... Preocupa-me, porque se queremos que a população do nosso Concelho tenha, como o Senhor Presidente acabou de dizer, bem-estar, acesso a uma qualidade de vida razoável, boa, não podemos de todo esquecer a intenção de garantir à população as condições básicas que elas têm direito. A Rede de Esgotos é, de facto, para mim, uma questão muito preocupante e ainda não está concretizada na sua totalidade no nosso Concelho. Após ter dado a justificação que deu, pelo facto de vir esta percentagem mais reduzida em relação a outras rubricas, gostaria de questionar se tem alguma previsão quanto à cobertura total da Rede de Esgotos no nosso Concelho.”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhora Vereadora, Dra. Sónia Vidal, a afirmação que fez de que a preocupa o facto de o nosso Concelho não ter uma rede de cobertura a 100% em Saneamento Básico... é uma preocupação que, como compreenderá, não é exclusivo seu, com uma diferença, é que maiorias por mim lideradas, num prazo que é conhecido, conseguiram que a Câmara Municipal promovesse investimentos que passaram o grau de cobertura de 8% para sensivelmente 65%!!!!... Recordo-lhe que, nos dezassete Concelhos do Distrito de Coimbra, Soure deverá ser o terceiro, a seguir aos de Coimbra e de Figueira da Foz, que têm Empresas Municipais, com melhor grau de cobertura... A verdade é esta: quando fui Candidato em 2009, eu não disse, escrevi, aliás, tenho à minha frente o programa que está sufragado... “continuar a manter bons níveis de investimento público, aprovando e promovendo o recurso a parcerias público privadas com objectivos concretos”... depois esse mesmo programa quando se referia a alargar e melhorar a rede de infra-estruturas básicas, dizia assim: “Saneamento Básico, definindo, aprovando e promovendo a estratégia metodológica que permita a evolução do actual grau de cobertura concelhio, sensivelmente 70%, para o seu fecho”... Lembrar-se-á que ainda agora aprovámos, recentemente, pela segunda vez, a adjudicação de um estudo para esse efeito e que deverá estar concluído até final de Março... Com esse estudo, vamos ter que discutir na Câmara Municipal, porventura até final do primeiro semestre, e cruzar os resultados com a ambiência legal aplicável... Tudo aponta para que possamos vir a abrir concurso público para a concessão dos nossos sistemas e para que a contrapartida dessa concessão, entre outras, seja, naturalmente, a realização do investimento estimado em $\approx 7/8.000.000,00$ euros, nos 30%/35% que faltam para “fechar” a rede concelhia... Isto é a resposta concreta à sua pergunta!!!!... no plano

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

estratégico, se me disser assim: então e se essa estratégia não resultar?... Bom, haverá pequenos investimentos que iremos realizando...

Também quero esclarecer o Senhor Vereador, Américo Nogueira, que os investimentos com fundos comunitários que já desenvolvemos e estamos a desenvolver, para terem tido cofinanciamentos aprovados, mal ou bem, foram considerados inequivocamente de interesse regional e, por isso, integraram o Plano de Desenvolvimento Sub-Regional do Baixo Mondego... Se o não tivessem integrado, nem sequer teriam tido Candidaturas aprovadas!!!... A partir do momento que entendemos realizar esses $\approx 7.000.000,00$ euros de investimento, com cerca de $5.000.000,00$ euros a fundo perdido, com um esforço municipal de, pelo menos, $\approx 2.000.000,00$ euros, teríamos que encontrar outras soluções para procurarmos fechar a Rede de Saneamento Básico... O programa sufragado diz, expressamente, que o “caminho” para o fecho do Saneamento Básico, não é o do investimento municipal directo!!!... Mas, o de aprovar, definir e promover a implantação de uma estratégia assente numa parceria ou numa concessão que permita resolver o assunto... Está escrito no programa político que ganhou as Eleições!!!... Esse programa ganhou e estou a procurar cumpri-lo!!!...

Quando falamos em $7.000.000,00/8.000.000,00$ euros para fechar a Rede Esgotos, estamos a falar daquilo que já está avaliado pelos técnicos, por isso é que estão valores indicativos na proposta de Plano, depois na coluna dos definidos estão valores residuais... Nós temos vindo até a desenvolver projectos, acautelando a possibilidade de podermos ter que avançar, de modo próprio, não ao ritmo de se executar em dois/três anos, $8.000.000,00$ euros, mas ao ritmo possível...

Não está incluído neste processo o facto de subsistirem em Soure, Alfarelos ou Granja do Ulmeiro, ou noutras localidades com rede de esgotos, uma qualquer rua em que, por motivos de cota ou porque se tratou de um crescimento urbano, por qualquer razão essa rede ainda lá não chegou... esses são pequenos investimentos que iremos procurando resolver todos os anos e que estão em Plano...

A previsão é que durante o primeiro semestre, com os resultados dos estudos, em sede própria, nos órgãos municipais, venham a ser apreciadas propostas de estratégia para, na prática, podermos avançar...”

A Senhora Vereadora Márcia Travassos referiu que: “antes de mais, agradecer ao Senhor Presidente as explicações detalhadas que melhor clarificam o respectivo documento. Quanto à votação, dado que considero que este documento é, mais uma vez, um instrumento de cariz político que legitima o actual Mandato do PS e estando

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

eu em representação do PSD, entendo que a minha votação só pode ser a abstenção.”

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S.D., aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente, as quais deverão ser submetidas à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 16. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL
- Indemnização**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

Processo Ref. N.º 03683 // Requerente: Adélia Maria dos Santos Costa de Almeida
- Indemnização

Relativamente assunto em epígrafe, e na sequência da informação jurídica que antecede, informamos que os danos patrimoniais reclamados pela sinistrada são os seguintes:

- Lucros Cessantes (Vencimentos devidos pelo período da baixa):	1.395,60 €
- Danos Emergentes (Despesas Médicas e de Deslocação):	577,35 €

Desta forma, **valor total da indemnização reclamada é de 1.972,95 € - Anexo I.**

À superior consideração superior,
O Técnico Superior*
(Ivo Costa, Dr.)
19.12.2011

e

assunto: Responsabilidade Civil Extracontratual por factos ilícitos.

processo: Req.º03683 de 15 de Março de 2010

requerente: Adélia Maria dos Santos Costa de Almeida

residência: Rua Principal, n.º74 – Vinha da rainha - Soure

Através do requerimento em epígrafe, Adélia Maria dos Santos Costa de Almeida, residente na Rua Principal, n.º74, lugar e freguesia da Vinha da Rainha, concelho de Soure, vem requerer o pagamento de indemnização, em virtude de danos que sofreu em virtude de um acidente de que foi vítima no dia 01/03/2010 na Rua do Cais na Vila de Soure.

De acordo com a requerente, esta quando circulava a pé na Rua do Cais na Vila de Soure, dirigindo-se para o seu estabelecimento de cabeleireiro sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra na mesma Vila, ficou com o calcanhar da sua perna esquerda entalado num buraco então existente junto do n.º17 da referida Rua.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Como consequência do acidente a exponente fracturou o perónio da sua perna esquerda, o que a impossibilitou de se deslocar e consequentemente de trabalhar.

A requerente junta certificados de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença, dos quais se verifica que o período de incapacidade decorreu entre 01/03/2010 e 15/07/2010, ou seja 137 dias.

A requerente reclama o pagamento, a título indemnizatório, de alguns prejuízos causados.

Consultados os serviços técnicos, estes informam que na Rua do Cais, na localidade de Soure, foi efectuada uma intervenção na rede de distribuição de água/saneamento.

Que concluídos os trabalhos e após o alcatroamento da via, não foi rectificado o nível da altura da tampa de água. Que no dia 01/03/2011 tiveram conhecimento que a reclamante Adélia Maria dos Santos Costa de Almeida, circulava nesta mesma Rua e ao não se aperceber da profundidade do equipamento, colocou o pé esquerdo no mesmo, fracturando-o, conforme se anexa os relatórios de baixa médica.

Com base no relato da sinistrada, na informação dos Serviços Técnicos e nos restantes elementos juntos ao processo, podem considerar-se provados os seguintes factos:

- Em 01/03/2010, parte do piso da Rua do Cais, na Vila de Soure, não se encontrava rectificado ao nível da altura da tampa de água;
- Na mesma data Adélia Maria dos Santos Costa de Almeida circulava a pé na Rua do Cais na Vila de Soure, dirigindo-se para o seu estabelecimento de cabeleireiro, quando colocou o pé esquerdo num buraco então existente junto do n.º17 da referida rua.
- Como consequência do acidente a lesada fracturou o perónio da sua perna esquerda, o que a impossibilitou de se deslocar e consequentemente de trabalhar.
- À lesada foi concedido um período de incapacidade que decorreu entre 01/03/2010 e 15/07/2010, ou seja 137 dias, de acordo com certificados de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença;
- A lesada sofreu danos;
- A referida Rua é uma via municipal;

III – DO DIREITO

Importa então a análise deste caso, no âmbito do regime jurídico que rege a responsabilidade civil extracontratual da administração pública.

A responsabilidade civil extracontratual da administração funda-se na obrigação deste ressarcir os eventuais prejuízos causados aos particulares, e apresenta como pressupostos, no geral, os mesmos estatuídos na lei civil, a saber: o facto ilícito, culpa, dano e a causalidade entre o facto e o dano.

A estes pressupostos acrescem as especificidades que lhe são impostas pelo direito administrativo: *que haja um acto ilícito, praticado no exercício de funções públicas ou por causa delas, imputável a um órgão ou agente do estado, que origine um dano na esfera dos direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros e que entre este acto e o dano seja possível estabelecer um nexo de causalidade.*

Relativamente às fontes legais desta responsabilidade, importa, em primeiro lugar, uma referência à Constituição no seu artigo 22.º, sendo que no ordenamento infraconstitucional, encontra-se em vigor a Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro,

Neste regime jurídico a inovação é que passa a ser o Estado a demonstrar que não houve culpa e não o lesado a demonstrar que ela existe.

Quem tenha sofrido um dano não precisará de provar a existência de culpa, porque, caso seja demonstrada a existência de um acto ilícito, passa a presumir-se que existe culpa leve.

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

Assim a autarquia será civilmente responsável se se demonstrar que os seus órgãos ou agentes praticaram, por acção ou omissão, actos de gestão ilícitos no exercício das suas funções e que estes foram determinantes na produção dos danos.

V – ANÁLISE DO CASO

Importa assim, no contexto do caso *sub judice* apurar se este Município praticou um acto ilícito, e se deste, cumulativamente resultaram directamente os danos reclamados, ou seja se infringiu alguns dos seus deveres legais ou regulamentares, ou ainda, se não cumpriu as regras de ordem técnica ou de prudência comum a que estava vinculado.

Ora a existência de um facto ilícito pressupõe “desde logo, que haja um facto voluntário do agente, não um mero facto natural causador de danos, pois só o homem, como destinatário dos comandos emanados da lei, é capaz de violar direitos alheios ou de agir contra disposições legais”¹.

No plano legal cabe referir que, efectivamente, são competências dos órgãos municipais, nomeadamente da Câmara Municipal, gerir e realizar investimentos no domínio da rede viária de âmbito municipal e ruas e arruamentos (Artigos 16º e 18 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e artigo 64º n.º2 al. f)).

Deste modo a Câmara Municipal tem por obrigação providenciar pela manutenção e arranjo das vias de comunicação sob a sua jurisdição, mantendo-as em condições de o trânsito que por ela se processa se fazer em segurança.

A omissão de qualquer um destes deveres, manutenção e arranjo das vias de comunicação sob sua jurisdição, ou respectiva sinalização de obstáculos e obras, tal como está obrigada a Câmara Municipal de Soure no âmbito das suas competências, implica a prática de um facto ilícito, por omissão, que se constituem na inexecução de uma obrigação de agir, da qual pode derivar responsabilidade civil para aquela.

Nestas situações funciona a presunção de culpa leve acima mencionada e a obrigação de indemnizar por parte das entidades públicas, só existe quando se encontre provado a causalidade entre o facto e o dano.

Considerando o relato dos factos, o tipo de danos sofridos e o teor da informação dos serviços da Câmara, não restam dúvidas que a circunstância apontada foi causa adequada dos danos sofridos pela reclamante.

Efectivamente, a existência de uma depressão ou desnível na plataforma da Rua do Cais constituiu um perigo para o trânsito do peão.

A Câmara Municipal de Soure ao não proceder à reparação ou sinalização da mesma, tal como estava obrigada, praticou facto ilícito, por omissão, o qual posteriormente deu causa a um acidente.

Se não fosse esta conduta, provavelmente os danos não teriam tido lugar pelo que existe nexo de causalidade.

Esta conduta culposa, ainda que sob a forma da negligência, constitui a Câmara Municipal de Soure na obrigação de indemnizar os prejuízos resultantes do acidente, nos termos do disposto nos artigos 483º e seguintes do Código Civil.

V – CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, somos de parecer existir responsabilidade civil extra-contratual do Município de Soure, nos factos ocorridos, pelo que nessa circunstância incumbe proceder ao ressarcimento da lesada de todos os danos sofridos, pela via da indemnização.

2 de Dezembro de 2011
À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)

¹ Anotação ao artigo 483º do Código Civil in Código Civil Anotado, Pires de Lima e Antunes Varela, Coimbra Editora, 1987

**24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Indemnização por Responsabilidade Civil Extracontratual, conforme decorre das informações técnicas.-----

**Ponto 17. ARRENDAMENTO P/ INSTALAÇÃO DE UMA ANTENA
- Cessão da Posição Contratual**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **Contrato de Arrendamento para instalação de equipamento de Telecomunicações**
- **Optimus**
- **Consentimento para a Cessão da Posição Contratual**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

Em 30 de Setembro de 1998, a Câmara Municipal deliberou autorizar a instalação de uma antena da “Main Road - Telecomunicações SA”, empresa detida pela Optimus, numa parcela de terreno (32 m2) pertencente ao Município de Soure, localizada no reservatório de água na Vila de Soure.

Na concretização dessa deliberação foi outorgado, em 16 de Outubro de 1998, um contrato promessa de arrendamento (*minuta aprovada na reunião de câmara atrás aludida*), para a instalação de Equipamento de Telecomunicações em Depósitos de Água.

O contrato foi celebrado por um período de 15 anos contados a partir de 16 de Outubro de 1998, **terminando a 15 de Outubro de 2013**, renovando-se, nessa data, automaticamente por iguais e sucessivos períodos.

Em 09 de Dezembro de 2011, a Optimus - Comunicações, SA e a Be Towering SA comunicaram à Câmara Municipal de Soure que, dada a reorganização das empresas do Grupo OPTIMUS, têm necessidade de ceder o contrato de arrendamento celebrado com o Município de Soure à empresa Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, SA, empresa detida a 100% pela Optimus, solicitando que o Município se pronuncie, no prazo de 15 dias, sobre esta transmissão da posição contratual.

DO DIREITO:

O referido contrato promessa de arrendamento foi outorgado na vigência do Regime de Arrendamento Urbano (RAU) e contratos não habitacionais celebrados depois do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de Setembro.

No que concerne às normas transitórias relevantes do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) aprovado pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, diz o nº 1 do artº 26º que **“Os contratos celebrados na vigência do Arrendamento Urbano (RAU), aprovado pelo Dec. Lei nº 321-B/90, de 15 de Outubro, passam a estar submetidos ao NRAU, com as especificidades dos números seguintes”**.

Não se aplicando, neste caso, nenhuma das especificidades à regra geral do artigo 26º, a transmissão da posição contratual pretendida pela OPTIMUS SA deverá ser apreciada ao abrigo do Novo Regime do Arrendamento Urbano e do clausulado no contrato promessa de arrendamento, em tudo o que não contradiga o citado Regime.

Esta transmissão do contrato é um conceito vasto em que a cessão da posição contratual é uma sua espécie, ou seja, o que concretamente a OPTIMUS SA pretende é uma **cessão da posição contratual** (Da Main Road para a Be Towering), no contrato promessa de arrendamento celebrado com o Município de Soure, caracterizando-se,

24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Dezembro de 2011

aquela, por abarcar, na sua unidade, o complexo de direitos e obrigações que a formam, ou seja, com a cessão transmitem-se todos os direitos e obrigações inerentes ao contrato base.

A cessão da posição contratual implica a intervenção de três sujeitos: **cedente**, **cessionário** e **cedido**. O primeiro é o que transmite a sua posição no contrato (Main Road SA); o segundo o que adquire essa posição (Be Towering SA); o terceiro a contraparte no contrato que passa a contraparte do cessionário (Município de Soure).

O nº 2 do artigo 1059º do Código Civil refere, acerca da **transmissão da posição do locatário**, que “A cessão da posição do locatário está sujeita ao regime geral dos artigos 424º e seguintes, sem prejuízo das disposições especiais deste capítulo”.

O artigo atrás referido remete-nos, assim, para o regime da cessão da posição contratual, previsto nos artigos 424º e ss do Código Civil.

“Artº 424/1 Cessão da posição contratual

“No contrato com prestações recíprocas, qualquer das partes tem a faculdade de transmitir a terceiro a sua posição contratual, desde que o outro contraente, antes ou depois da celebração do contrato, consinta na transmissão”.

Assim, a **cessão da posição contratual tem de ser consentida pela outra parte**, no caso o Município de Soure, resulta, portanto, da leitura do artº 424º que o cedente só poderá transferir a sua posição no contrato a um terceiro (cessionário) se o outro contraente (cedido) o autorizar.

A exigência legal desta autorização compreende-se perfeitamente, porque em virtude da cessão a outro contraente, fica em relação com um estranho. e os direitos e as obrigações que tinha em face do cedente passa a tê-las perante um terceiro, e este terceiro pode não lhe agradar.

Esta cessão da posição contratual, pretendida pela OPTIMUS SA, só se torna válida, como vimos, com o consentimento do Município de Soure, sendo que **a autorização deverá ser dada expressamente**, podendo, no entanto, ser tácita, designadamente se o Município de Soure aceitar os pagamentos efectuados, posteriormente, pelo cessionário (Be Towering SA).

Ainda neste âmbito, diz-nos a cláusula 12ª do contrato promessa de arrendamento que **“A transmissão a terceiros da posição contratual da arrendatária, bem como o subarrendamento do local arrendado ou a cedência por qualquer outro tipo do seu uso, no todo ou em parte, dependem da autorização escrita do senhorio.”**

Tratando-se o cessionário de uma empresa do mesmo Grupo do cedente, ambas detidas a 100% pela OPTIMUS, estando em causa uma mera reorganização do Grupo. o risco no cumprimento das obrigações contratuais assumidas no contrato promessa de arrendamento não se altera com esta transmissão da posição contratual.

CONCLUSÃO:

1. De acordo com o clausulado no contrato promessa de arrendamento e nos termos do NRAU, **o Município de Soure terá que dar o seu consentimento à cessão de posição contratual** solicitada pela Optimus SA, para que esta seja válida.

2. Não se vislumbra qualquer alteração ao risco de cumprimento do contrato pela nova arrendatária, dado ser uma empresa detida pela OPTIMUS SA, como era o caso da anterior arrendatária.

Em complemento com o atrás expandido, pretendendo, eventualmente, o Município de Soure, em tempo útil, denunciar o mencionado contrato, poderá fazê-lo mediante comunicação ao arrendatário com uma

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Dezembro de 2011***

antecedência não inferior a um ano do termo do contrato (artº 1097º do Código Civil), assim, terminando o contrato em 15 de Outubro de 2013, o Município terá de comunicar a denúncia até ao dia 15 de Outubro de 2012.

A competência para o consentimento da cessão da posição contratual, assim como, para a denúncia do contrato, pertence à Câmara Municipal de Soure, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), dado ter sido este o Órgão que autorizou a Instalação de uma antena da OPTIMUS SA, conforme deliberação de 30 de Setembro de 1998 - Ponto 5 -.

PROPOSTA:

Face ao atrás exposto, sugere-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

1. O Município de Soure dê o seu consentimento à cessão da posição contratual pretendida pela OPTIMUS SA.
2. No caso de não haver interesse na renovação automática do contrato em Outubro de 2013, que se denuncie o referido contrato, comunicando à arrendatária com uma antecedência não inferior a um ano do termo do contrato, podendo fazê-lo simultaneamente com a autorização da cessão da posição contratual, no caso de esta ser aprovada pelo Executivo Camarário.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
13-12-2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Cessão da Posição Contratual solicitada, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----